

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 133

Data: 05.01.83

Pg.: _____



Uma comissão de índios veio a Brasília para, mais uma vez, tentar resolver a pendência pela posse das terras em Pau-Brasil

Justiça decidirá impasse dos Pataxó

Sandra Costa
da Editoria de Cidade

"Estou em dúvida a quem pertence as terras". Esta afirmação foi feita, ontem, pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), coronel Paulo Leal, durante entrevista coletiva. A declaração surpreendeu os presentes, pois a demarcação da Funai (dando direito aos índios Pataxó as terras) foi fornecida antes das certidões de propriedade, apresentada pelos fazendeiros e emitidas pelo Governo do Estado da Bahia.

Dizendo que espera aguardar a decisão da Justiça, Paulo Leal informou que na próxima sexta-feira o procurador da Funai, Afonso de Moraes, irá para Salvador, onde entregará a documentação da posse da área pelos índios Pataxó — compreendida pela Fazenda São Lucas, no município de Pau-Brasil (BA) — ao juiz Lázaro Guimarães. E explicou:

— A Justiça vai decidir a quem pertence o direito será aos índios ou aos 23 fazendeiros?

Afonso de Moraes, que também estava presente à coletiva, garantiu que apesar da documentação ser levada na sexta-feira ao juiz, o parecer final só deverá sair em fevereiro. "Na sexta entrego a documentação e Lázaro Guimarães irá enviá-la à Procuradoria da República da Bahia, para apreciação. Depois os documentos voltam às mãos do juiz e só aí, será dado o parecer final".



Paulo Leal, presidente do órgão

Todo este processo não levaria mais de uma semana. No entanto, como explicou o procurador, na sexta-feira Lázaro Guimarães receberá a documentação, mas só deverá cuidar do caso em fevereiro. "Ele entra de férias na segunda-feira e creio que só voltará daqui a um mês, como é de praxe". Isto, é claro, se não ocorrer o mesmo que a reserva de Mangueirinha — processo que rola na Justiça há vários anos.

Além do processo na Justiça, a Funai, segundo Paulo Leal, está tentando desde setembro do ano passado um

acordo entre fazendeiros e índios, "para que nenhum dos dois lados saia muito prejudicado", explicou. Este acordo daria 6.500 hectares (ha) aos Pataxó — o que incluiria a fazenda São Lucas, que tem mais ou menos 1.200 ha, conforme Paulo Leal — e, o restante (20 a 30 mil ha) aos fazendeiros.

— Os índios já aceitaram, mas o acordo está pendente porque não temos, ainda, uma decisão dos fazendeiros.

Indagado se não seria um contra-senso realizar um acordo com este, enquanto os índios têm direito a toda a área, Paulo Leal, respondeu dizendo que existia uma dúvida nesta questão, "pois se há um processo o outro lado também apresentou documentação".

A informação dada por Paulo Leal, do aceite dos índios, foi resultado da reunião entre ele e a comissão dos Pataxó da Bahia — liderados pelo cacique Nelson Saracura —, ontem pela manhã. "Desde 1947 os Pataxó esperam solução daquelas terras e, quando entraram na reunião estavam muito nervosos, mas depois que expliquei os fatos creio que tudo irá se resolver.

Mas, ao mesmo tempo, o cacique Saracura garante que não sairá de Brasília enquanto o caso não estiver acertado. "E se a decisão da Justiça ficar do lado daqueles invasores (fazendeiros), não vai ser como das outras vezes, pois compreendemos que, neste país só os desobedientes têm direito, e, até hoje fomos muito obedientes. Portanto, só saímos da terra, mortos".

Decreto define demarcação de terra dos Arara

O presidente Figueiredo assinou, ontem, decreto de interdição temporária, para fins de atração e pacificação dos índios Araras — do grupo Arara 2 —, das terras dos índios localizadas nos municípios de Uprainha e Porto de Moz, no Pará. O decreto está em vigor desde ontem e, em seu artigo terceiro determina que a Fundação Nacional do Índio (Funai) deverá promover a demarcação administrativa das terras, baseado no artigo 19, do Estatuto do Índio.

De acordo com o decreto a Funai (lei 5371) poderá solicitar a cooperação das Forças Armadas e auxiliares, além da Polícia Federal, para impedir o ingresso trânsito e permanência de pessoa ou grupos cujas atividades sejam consideradas nocivas ao processo de atração pacificação e assistência aos índios.

POTIGUARE

O presidente da Funai, Paulo Leal, explicou ontem que não reconhece a demarcação, realizada pelos índios Potiguare, delimitando as terras. Uma nova demarcação será realizada até o fim de fevereiro só que, desta feita, pela Funai, com o auxílio do Serviço Geográfico Brasileiro, do Exército.

— Eu desafio os índios, sem disporem de determinados equipamentos, poderem tirar uma linha seca de vários quilômetros, sem nenhum erro. Toda afirmação tem que ser provada por documentos e isto vamos fazer", garantiu Paulo Leal.

De acordo com o presidente da Funai, a demarcação da terra dos índios Potiguare, localizadas na baía da Traição, no município de Rio Tinto (PB) estará pronta até o final de fevereiro. "Para tanto a documentação mais antiga que a Funai possui, ou seja, do engenheiro da Justiça, datada de 1867.

Índios são contra a criação de território

Manaus — Os índios do Alto Rio Negro, que constituem nove tribos com mais de 4.800 indígenas, estão contrários à transformação da região em Território Federal, por entenderem que a medida provocará o extermínio de suas culturas, com um autêntico genocídio. A informação foi dada ontem em Manaus pelo "Tuchaua" das nove tribos, Benedito Machado, para quem a medida não visa o desenvolvimento e ocupação da região, mas sim a exploração desordenada de suas riquezas naturais, como as jazidas de ouro, diamante e a própria floresta.

Segundo Benedito Machado, os indígenas do Rio Negro são contra a criação do Território Federal em suas terras "por não terem sido consultados pelo governo, que insiste em ditar programas e ações na região contra os interesses dos índios, os donos da terra". Machado entende que, a exemplo do que ocorreu com os indígenas de Roraima, Acre e Rondônia, o seu povo não está em condições de ter um contato mais estreito e dinâmico com novas frentes de penetração que se dirigirão para o Rio Negro tão logo seja criado o novo Território Federal. A criação do Território do Rio Negro, disse o tuchaua, só trará problemas para os índios, "que serão explorados, porque

não haverá lucros para eles com a extração das riquezas naturais. Não haverá lucro nem para nós nem para os brasileiros. Para nós, será um massacre, não o desenvolvimento que o governo apregoa para a região".

O índio Benedito Machado está em Manaus para conversar com o governo do Estado, políticos, Funai e autoridades do Comando Militar da Amazônia (CMA) a quem está afeto a segurança da área de fronteira na região, habitada pelas nove tribos — Tukano, Maku, Dëssana, Tuiuka, Baracana, Piratapuya, Mititapuya, Karapanan e Ipamacan. Ele denunciou também a falta de apoio do governo às comunidades indígenas da região. Eles querem transporte para escoar a sua produção agrícola. "O que nós pedimos o governo nos nega, e o que não queremos, ele faz contra a nossa vontade", disse, citando como exemplo a criação do município de Iuareté, onde habita a maior parte dos 4.800 índios da região.

"São atitudes dessa natureza que revolta os índios. Nós vamos promover uma campanha de esclarecimento nacional contra a criação do Território Federal do Rio Negro, para impedir que nossos irmãos sejam dizimados pela civilização".

Curió rejeita divisão do Pará

Belém — O tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, também conhecido como Major Curió após a solenidade no TRE em que recebeu diploma de deputado federal, disse ontem ser contrário à redivisão territorial do Pará. Ele mostrou-se interessado em assinar um manifesto reivindicando um debate nacional sobre o assunto. O manifesto circulou nos salões do Tribunal enquanto se

realizava a solenidade de diplomação.

O deputado lamentou também que o senador Jarbas Passarinho não tenha sido reeleito e garantiu não ter aspirações de liderança dentro do partido no Pará, afirmando que está pronto para cumprir qualquer missão que o povo paraense venha a lhe outorgar no futuro, como fez delegando-lhe o cargo de deputado federal, o qual saberá cumprir.